

Inocência quer urgência para cassar corruptos

O presidente da Câmara, Inocência Oliveira (PFL-PE), acredita que será possível acelerar o processo de cassação dos envolvidos na CPI do Orçamento aplicando o mesmo rito utilizado com relação aos deputados do PSD, para que, em 15 dias — a partir da nomeação de um único relator para todos os casos —, a perda do mandato esteja sendo analisada pelo plenário. Enquanto Inocência pensa em reduzir prazos, um dos punidos pela Comissão de Constituição e Justiça, Onaireves Moura (PSDB-PR) ameaçava ontem “balançar as estruturas da Casa” com denúncias que envolvem, “principalmente, aqueles que estão fazendo pressão para cassar três inocentes”.

Inocência não deu importância às ameaças de Onaireves — “é o direito de espernear” — e comemorou um achado do Regimento Interno da Câmara. No inciso 3º do seu artigo 240, o regimento diz que a Comissão de Constituição e Justiça procederá às diligências e à instrução que entender necessárias. Isto permite ao relator — como fez o deputado Benedito de Figueiredo (PDT-SE) — não atender a pedidos de diligências, coleta de provas ou audição de testemunhas.

Este dispositivo, segundo Inocência, é o “caminho das pedras”. Ele acredita que o procedimento de Figueiredo vai “formar jurisprudência” e será possível, com os que forem acusados pela CPI do Orçamento, fazer um único processo, embora cada votação ocorra em separado.